SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

XI ENCONTRO DO FÓRUM DE CORTES SUPREMAS DO MERCOSUL

ESTADOS PARTES, ESTADOS ASSOCIADOS E CONVIDADOS

15 e 16 de novembro de 2026

Versão atualizada – 10 de novembro de 2026

COMPOSIÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Luiz Edson Fachin
Presidente 16.6.2015

Alexandre de Moraes
Vice-Presidente 22.3.2017

Gilmar Ferreira Mendes
Decano 20.6.2002

Cármen Lúcia Antunes Rocha
21.6.2006

José Antonio Dias Toffoli
23.10.2009

Luiz Fux
3.3.2011

Kassio Nunes Marques
5.11.2020

André Luiz de Almeida Mendonça
16.12.2021

Cristiano Zanin Martins
3.8.2023

Flávio Dino de Castro e Costa
22.2.2024

PROGRAMA

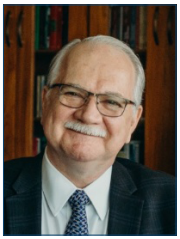
DIA 15 – DOMINGO

19h30	**Jantar de boas-vindas** **Local:** Hotel Royal Tulip

DIA 16 – SEGUNDA-FEIRA

10h – 12h	**1ª sessão de debates:** a democracia constitucional e o imperativo da independência dos poderes judiciários e das jurisdições constitucionais **Local:** Salão Nobre
12h15 – 13h	**Almoço** **Local:** Sala de Audiências da Presidência do Supremo Tribunal Federal
13h45 – 14h45	**Conferência:** O programa Pena Justa e o combate à macrocriminalidade O Pena Justa é o plano nacional, criado a partir de determinação do Supremo Tribunal Federal e coordenado pelo Conselho Nacionail de Justiça e pelo Ministério de Justiça e Segurança Pública do Brasil, para enfrentar o estado de coisas inconstitucional do sistema prisional brasileiro. **Local:** Salão Nobre
15h – 17h	**2ª sessão de debates:** os poderes judiciários, as jurisdições constitucionais e as novas tecnologias, com especial atenção ao uso da inteligência artificial na prestação jurisdicional e à perspectiva da autonomia tecnológica das cortes supremas e dos tribunais constitucionais. **Local:** Salão Nobre
17h – 17h30	**Adoção da Declaração Conjunta e encerramento** **Local:** Salão Nobre
17h40	**Fotografia oficial** **Local:** Vestíbulo do Salão Nobre
18h – 20h	**Coquetel de encerramento** **Local:** Salão Branco

MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



Luiz Edson Fachin

Presidente

Luiz Edson Fachin, Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desde setembro de 2025, é graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Realizou pesquisa de pós-doutorado como bolsista do Ministério das Relações Exteriores no Canadá e na Dickson Poon School of Law, King's College London.

Professor Titular de Direito Civil na Universidade Federal do Paraná e na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, atualmente leciona Direito Civil Constitucional no Centro Universitário de Brasília (CEUB). Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas e da Academia Paranaense de Letras Jurídicas, é autor de diversos livros e artigos. Atuou como Procurador do Estado do Paraná. Foi membro da comissão de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça e colaborou com o Senado Federal na elaboração do Código Civil Brasileiro. Antes de ingressar no Supremo Tribunal Federal em junho de 2015, atuou como advogado e consultor.



Alexandre de Moraes

Vice-Presidente

Alexandre de Moraes é o atual Vice-presidente do STF, integrando o Tribunal desde 2017. Ele é graduado pela tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – Universidade de São Paulo (Turma de 1990), onde também obteve o Doutorado em Direito do Estado (2000) e a Livre-docência em Direito Constitucional (2001). É Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, tendo exercido a

chefia do Departamento de Direito do Estado, no biênio 2012-2014. Também exerce o magistério na Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde é professor titular pleno, na Escola Superior do Ministério Público de São Paulo e na Escola Paulista da Magistratura; além de professor convidado em diversas escolas da Magistratura, do Ministério Público, de Procuradorias e da Ordem dos Advogados do Brasil. Também é o Vice-presidente do Conselho Nacional de Justiça.



Gilmar Ferreira Mendes

Decano

Doutor em Direito pela Universidade de Münster, Alemanha. Professor de Direito Constitucional nos cursos de graduação e pós-graduação do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).



Cármen Lúcia Antunes Rocha

Ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), tendo sido Presidente desta Corte e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de 2016 a 2018. Exerceu também os cargos de Ministra e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 2008 a 2013. Em agosto de 2022, foi reconduzida ao cargo de Ministra efetiva do TSE e, em junho de 2024, tomou posse como Presidente desse Tribunal Eleitoral. É Professora Titular de Direito Constitucional na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.



José Antonio Dias Toffoli

Ministro do Supremo Tribunal Federal, tendo exercido, entre outros, os seguintes cargos: Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (2018-2020), Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (2014-2016), Ministro de Estado Chefe da Advocacia-Geral da União (2007-2009) e Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (2003-2005). Atuação, na qualidade de articulista, bem como na qualidade de coordenador, em diversas obra jurídicas relevantes.



Luiz Fux

Luiz Fux é Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e assumiu o cargo em 2011 após trajetória marcada pela aprovação em primeiro lugar para Juiz de Direito no Rio de Janeiro e passagens como Promotor de Justiça, Desembargador e Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ao longo de sua carreira institucional, presidiu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2018 e ocupou a Presidência do STF e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) entre 2020 e 2022.

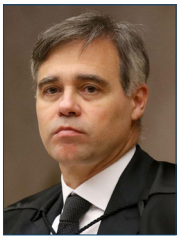
Além da magistratura, possui sólida carreira acadêmica como Professor Titular de Direito Processual Civil na UERJ, sendo autor de mais de 20 obras e o responsável por presidir a Comissão de Elaboração do novo Código de Processo Civil em vigor desde 2016. Reconhecido internacionalmente, já proferiu conferências em universidades como Harvard e Oxford, além de integrar prestigiadas instituições como a Academia Brasileira de Letras Jurídicas, a Academia Brasileira de Filosofia e ser membro fundador da Academia Brasileira de Letras da Magistratura.



Kassio Nunes Marques

Kássio Nunes Marques possui sólida formação acadêmica na área jurídica, tendo concluído, em 2022, pós-doutorado em Direitos Humanos, com ênfase em direitos sociais e difusos, pela Universidade de Salamanca. Em 2020, realizou pós-doutorado em Direito Constitucional pela Università degli Studi di Messina, na Itália, e também obteve o título de doutor em Administración, Hacienda y Justicia, com distinção máxima cum laude, pela Universidade de Salamanca, na Espanha. Em 2015, concluiu o mestrado em Direito pela Universidade Autônoma de Lisboa, em Portugal, após ter realizado pós-graduação em Ciências Jurídicas pela Universidade Maranhense em 2013. Sua formação inicial é o bacharelado em Direito pela Universidade Federal do Piauí, concluído em 1994.

Na magistratura, atuou como Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí entre 2008 e 2011. Posteriormente, tornou-se Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, onde integrou a 1ª Seção entre 2011 e 2018, e exerceu a Vice-presidência da Corte entre 2018 e 2020. Em 2020, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, passando também a presidir a Segunda Turma da Corte entre 2021 e 2022. No âmbito da Justiça Eleitoral, exerceu o cargo de Ministro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral a partir de 2023 e, posteriormente, assumiu a vice-presidência da mesma Corte.



André Luiz de Almeida Mendonça

Mestre e Doutor em Direito pela Universidade de Salamanca, na Espanha. Foi Pesquisador e Professor Visitante da Universidade de Stetson, nos Estados Unidos. É professor do Programa de Doutorado em Estado de Derecho y Gobernanza Global da Universidade de Sala-

manca (Espanha). É professor de graduação em Direito na Faculdade Presbiteriana Mackenzie de Brasília e de diversos programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil. Foi Diretor do Departamento de Patrimônio e Probidade da Advocacia-Geral da União, sendo vencedor da categoria especial do Prêmio Innovare, com o tema "combate ao crime organizado". Foi Corregedor-Geral da Advocacia-Geral da União, Assessor Especial na Controladoria-Geral da União e Advogado-Geral da União por duas vezes. Foi, ainda, Ministro da Justiça e Segurança Pública. Atualmente exerce o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal e de Ministro Efetivo do Tribunal Superior Eleitoral.



Cristiano Zanin Martins

Cristiano Zanin Martins é Ministro do Supremo Tribunal Federal – STF. Graduou-se em Direito em 1999 pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, instituição que também lhe conferiu o título Doutor Notório Saber, na área de Direito Processual Civil, em 2025. Exerceu a advocacia até 2023. Tem vasta experiência em Direito Constitucional, Direito Processual Civil e Direito Processual Penal. É autor de obras e artigos jurídicos sobre temas diversos.

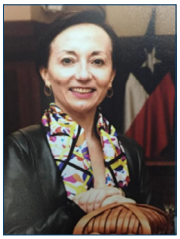


Flávio Dino de Castro e Costa

Flávio Dino é Ministro do Supremo Tribunal Federal, onde preside a 1ª Turma. Foi Juiz Federal, Deputado Federal, Governador do Maranhão por dois mandatos, Senador e Ministro da Justiça e Segurança Pública. É Mestre em Direito Público (UFPE). Foi professor de direito na UNB, IDP e UFMA.

DELEGAÇÕES VISITANTES

Suprema Corte do **Chile**



Gloria Ana Chevesich Ruiz

Presidente da Suprema Corte do Chile

Gloria Ana Chevesich Ruiz assumiu o cargo de membro da Suprema Corte do Chile em agosto de 2013, ano em que exercia a presidência do Tribunal de Apelações de Santiago. É graduada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Chile e iniciou sua carreira judicial em 1986.

Em maio de 2017, foi designada pela Suprema Corte como responsável pela implementação do novo sistema de gestão administrativa dos Tribunais de Apelação do país. Em dezembro de 2019, foi nomeada porta-voz da Suprema Corte e, em 2020, assumiu a função de coordenadora nacional do Poder Judiciário durante a emergência sanitária provocada pela COVID-19.

Atualmente, atua como coordenadora da Cúpula Judicial Ibero-americana. Além disso, representou o Chile em inúmeros seminários e congressos nacionais e internacionais, especialmente em assuntos relacionados às suas áreas de especialização e à sua participação na Comissão sobre a Lei de Tramitação Eletrônica, incluindo questões relativas à inteligência artificial e à implementação de leis nas áreas de família e gênero.

Além disso, representou o Chile no diálogo construtivo do Estado com o Comitê das Nações Unidas contra os Desaparecimentos Forçados, em 2019, bem como em debates sobre laudos arbitrais eletrônicos, realizados no âmbito das Nações Unidas, em Viena, em 2024, e em Nova York, em 2025. Ao longo de sua trajetória, também integrou, em diferentes períodos, o Conselho Superior da Corporação Administrativa do Poder Judiciário.

Tribunal Constitucional do **Chile**



María Pía Silva Gallinato

Presidente do Tribunal Constitucional do Chile

É graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Chile, onde também obteve um mestrado com especialização em Direito Constitucional. É ministra do Tribunal Constitucional do Chile e, desde julho de 2026, exerce o cargo de presidente desse tribunal.

Desde 2004, atua como professora do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Chile, onde ministra cursos de graduação e pós-graduação. Além disso, leciona Direito Constitucional na Universidade Alberto Hurtado e na Universidade Andrés Bello.

Colaborou nas atividades docentes, acadêmicas e profissionais desenvolvidas pelo professor Alejandro Silva Bascuñán de 1986 até o falecimento deste, destacando-se sua participação na elaboração da segunda edição de seu Tratado de Direito Constitucional, publicado pela Editorial Jurídica do Chile, em Santiago.

É membro fundadora da Associação Chilena de Direito Constitucional, criada em 1996, do Capítulo Chileno do Ombudsman e do Centro de Estudos Constitucionais do Chile.

Tribunal Constitucional da **Colômbia**



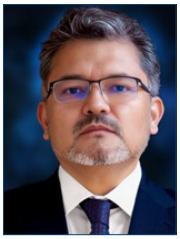
Ana María Gáfaro

Magistrada Auxiliar da presidente do Tribunal Constitucional da Colômbia

Magistrada auxiliar no Gabinete da Presidente do Tribunal Constitucional da Colômbia, Magistrada Paola Meneses Mosquera.

Advogada e especialista em direito trabalhista pela Pontifícia Universidade Javeriana. Possui mestrado em Gestão de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional pela Universidade Externado da Colômbia. Possui experiência em direito trabalhista e gestão organizacional, atuou como assessora na Superintendência do Subsídio Familiar e advogada em diversos escritórios, destacando-se pelo manejo de normativas legais complexas nas áreas constitucional e trabalhista.

Tribunal Constitucional do **Equador**



Alí Lozada Prado

Magistrado do Tribunal Constitucional do Equador

É doutor (Ph.D.) em Direito Público e Método Jurídico pela Universidade de Alicante, na Espanha, onde recebeu a máxima distinção acadêmica "cum laude" e o Prêmio Extraordinário de Doutorado 2019-2020. Possui mestrado em Argumentação Jurídica pela Universidade de Alicante e pela Universidade de Palermo, e em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Internacional da Andaluzia, além de estudos de pós-graduação em Direito Constitucional e Direito Penal. É graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Equador.

Faz parte do Tribunal Constitucional do Equador desde fevereiro de 2019 e exerceu a presidência entre fevereiro de 2022 e fevereiro de 2025, período durante o qual esteve à frente da direção institucional da justiça constitucional equatoriana. Possui uma ampla trajetória acadêmica, tendo atuado como professor em diversas universidades do Equador e da América Latina, além de integrar o corpo docente do Mestrado em Argumentação Jurídica da Universidade de Alicante. É autor de artigos acadêmicos sobre argumentação jurídica, direitos fundamentais e constitucionalismo, bem como coautor das obras "Como analisar uma argumentação jurídica", em colaboração com Manuel Atienza, e "Manual de argumentação constitucional", em conjunto com Catherine Ricaurte.

No âmbito institucional, representou o Equador perante o Comitê de Especialistas do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção da Organização dos Estados Americanos (OEA) e exerceu o cargo de Diretor-Geral Jurídico da Comissão de Controle Cívico da Corrupção. Ao longo de sua trajetória profissional, também atuou como consultor de organismos internacionais e assessor jurídico de prestigiosos escritórios de advocacia equatorianos.



José Luis Terán Suárez

Magistrado do Tribunal Constitucional do Equador

É doutor (Ph.D.) em Direito pela Universidade de Salamanca, na Espanha, doutor em Ciências Internacionais e doutor em Jurisprudência pela Universidade Central do Equador, onde também obteve seu diploma de advogado. Possui mestrados em Educação Superior, Direito Penal e Processo Penal, Direito Constitucional, Direito Tributário e Direito Civil e Processo Civil, além

de especializações e diplomas em Tributação, Processos Educacionais, Gênero, Justiça e Direitos Humanos.

Na área acadêmica, atuou como reitor da Faculdade de Jurisprudência, Ciências Políticas e Sociais da Universidade Central do Equador, entre 2022 e 2024. Atualmente, é professor titular de Direito na mesma instituição e professor convidado em diversas universidades equatorianas. No âmbito judicial, atuou como magistrado titular e responsável pela Câmara Especializada em Contencioso Tributário do Tribunal Nacional de Justiça, magistrado adjunto do Tribunal Nacional de Justiça e magistrado do Tribunal Distrital Fiscal de Quito, além de exercer outras funções no poder judiciário equatoriano.

É autor de publicações nas áreas de Direito Constitucional, Tributário e Aduaneiro, bem como sobre recursos de cassação em matéria penal e não penal. Também integrou comitês editoriais de publicações relacionadas à gestão acadêmica, educacional e da Escola da Função Judicial. Ao longo de sua trajetória profissional, também exerceu funções de assessoria jurídica e direção administrativa em órgãos públicos equatorianos.

Corte Nacional de Justiça do **Equador**



Marco Rodríguez Ruiz

Presidente da Corte Nacional de Justiça do Equador

O Dr. Marco Xavier Rodríguez Ruiz é Doutor em Direito (Ph.D.) pela Universidade Andina Simón Bolívar e Doutor em Jurisprudência pela Universidade Central do Equador. Possui também formação de pós-graduação em Direito Civil, Direito Penal e Direito do Mercado.

Possui ampla trajetória na Função Judicial equatoriana, tendo exercido funções na extinta Corte Suprema de Justiça, atuado como magistrado da Câmara Penal e

como presidente da Corte Provincial de Justiça de Pichincha. Desde 2017, integra a Corte Nacional de Justiça do Equador. Também desenvolve atividades acadêmicas como professor de graduação e pós-graduação, além de atuar como conferencista internacional.

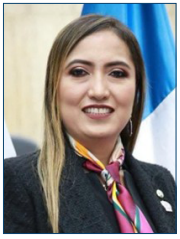


Marco Vinicio Rodríguez Mongón

Magistrado da Corte Nacional de Justiça do Equador

Magistrado da Corte Nacional de Justiça da República do Equador, integrante da Sala Especializada de Direito Civil e Mercantil e da Sala Especializada da Família, Infância, Adolescência e Adolescentes em Conflito com a Lei. É Doutor em Jurisprudência e possui mestrados em Direito Penal e Criminologia e em Direito de Família, com ênfase em Mediação e Arbitragem Familiar. Sua trajetória profissional inclui atuação na magistratura, no Ministério Público e na docência universitária, além de experiência na formação de profissionais da carreira judicial.

Corte Suprema de Justiça da **Guatemala**



Claudia Lucrecia Paredes Castañeda

Presidente da Corte Suprema de Justiça da Guatemala

A Dra. Claudia Lucrecia Paredes Castañeda é graduada em Ciências Jurídicas e Sociais, advogada e notária. Possui mestrado em Direito Constitucional, doutorado em Direito e doutorado em Direito Penal e Processual Penal. Também realizou estudos doutorais em Direito Constitucional e estudos pós-doutorais em Gênero e Sistema Penal, bem como em Direito Público.

Ao longo de sua trajetória profissional, atuou como magistrada da Corte de Apelações, magistrada da Terceira Câmara do Tribunal do Contencioso Administrativo e magistrada da Corte Suprema de Justiça, onde exerceu a função de Vogal VI. Também desenvolveu extensa carreira acadêmica como professora universitária nos níveis de graduação e pós-graduação, pesquisadora e autora de publicações jurídicas. Em fevereiro de 2026, assumiu a Presidência do Organismo Judicial e da Corte Suprema de Justiça da Guatemala.



Clemen Vanessa Juárez Midence

Magistrada da Corte Suprema de Justiça da Guatemala

A Dra. Clemen Vanessa Juárez Midence é advogada e notária, graduada pela Universidade de San Carlos da Guatemala (USAC). Possui mestrado em Direito Comercial e Competitividade, além de formação de pós-graduação em Criminalística e Ciências Forenses pela mesma universidade.

Possui aproximadamente vinte anos de experiência profissional na área jurídica. No âmbito do Poder Judiciário da Guatemala, atuou como assessora jurídica, assessora da Câmara de Amparo e de Análise Prévia de Acusações contra Autoridades com Imunidade Funcional da Corte Suprema de Justiça e magistrada da Corte de Apelações. Também presidiu a Câmara Regional Mista da Corte de Apelações do Departamento de Quiché e a Primeira Câmara de Trabalho e Previdência Social da Corte de Apelações. Atualmente, integra a Corte Suprema de Justiça como Vogal XI e preside a Câmara de Amparo e de Análise Prévia de Acusações contra Autoridades com Imunidade Funcional.

Suprema Corte de Justiça do **Panamá**



Olmedo Arrocha Osorio

Vice-Presidente da Suprema Corte de Justiça do Panamá

É magistrado da Suprema Corte de Justiça do Panamá, onde exerce a vice-presidência da instituição e a presidência da Primeira Seção, especializada em questões civis. Além disso, atua como magistrado coordenador do Sistema Automatizado de Gestão Judicial, iniciativa voltada para a incorporação das tecnologias da informação e comunicação ao funcionamento do Poder Judiciário panamenho.

Possui uma trajetória de destaque na modernização do sistema de justiça. Dirigiu e coordenou a elaboração do anteprojeto do novo Código de Processo Civil do Panamá, destinado a atualizar as normas processuais do Código Judicial. Atualmente, dirige e coordena a implementação desse código, contribuindo para a modernização dos procedimentos judiciais e para o fortalecimento da administração da justiça.

Foi presidente da Comissão Ibero-Americana de Qualidade para a Justiça (CICAJ), órgão da Cúpula Judicial Ibero-Americana, da qual continua sendo membro em representação do Panamá. É autor do livro “Manual de Contencioso Civil”, elaborado com base no Código de Processo Civil panamenho.

Suprema Corte de Justiça do **Paraguai**



Alberto Joaquín Martínez Simón

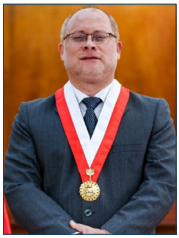
Presidente da Suprema Corte de Justiça do Paraguai

É advogado formado pela Faculdade de Direito e Ciências Sociais da Universidade Nacional de Assunção (UNA), onde se formou em 1992 como o melhor aluno de sua turma, recebendo a Medalha de Ouro da Universidade e da Presidência da República. Além disso, obteve o título de escrivão público em 1999, na mesma instituição.

Ingressou no Poder Judiciário paraguaio em 1987, onde inicialmente desempenhou funções administrativas e de apoio judicial. Entre 2003 e 2012, atuou como magistrado de primeira instância na área Cível e Comercial de Assunção. Posteriormente, integrou a Sexta Seção do Tribunal de Apelação em Matéria Cível e Comercial de Assunção, entre 2012 e 2019. Em 16 de abril de 2019, assumiu o cargo de Ministro da Suprema Corte de Justiça. Exerceu a Presidência da instituição entre fevereiro de 2020 e fevereiro de 2021, e voltou a assumir o cargo para o período compreendido entre fevereiro de 2026 e fevereiro de 2027.

Atualmente, além de presidir a Suprema Corte de Justiça, exerce a presidência do Conselho de Superintendência e da Câmara Cível. Também é responsável pela supervisão de diversas circunscrições judiciais do país e atua como ministro de ligação com diversos órgãos institucionais, entre eles as Direções de Estatística, Tecnologia da Informação e Comunicações e Propriedade Intelectual, bem como do Centro Internacional de Estudos Judiciais. Além disso, coordena a implementação do processo judicial eletrônico no Paraguai.

Tribunal Constitucional do **Peru**



Pedro A. Hernández Chávez

Presidente do Tribunal Constitucional do Peru

É advogado, mestre em Direito Constitucional e doutor em Direito pela Universidade de San Martín de Porres (USMP), no Peru. Além disso, possui mestrado em Ciências Políticas pela Universidade Nacional Federico Villarreal (UNFV), bem como um diploma em Direitos Humanos concedido pela Academia de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário do Washington College of Law da American University, nos Estados Unidos.

Atualmente, exerce a Presidência do Tribunal Constitucional do Peru para o período 2026-2028, estando à frente da instituição. Possui também uma trajetória acadêmica de destaque como professor universitário em cursos de graduação e pós-graduação, especialmente nas áreas de Direito Constitucional e Ciência Política.

É autor de diversas publicações jurídicas, entre as quais se destacam as obras *O Controle do Poder no Estado Constitucional: Fundamentos para uma Teoria Integral do Controle Constitucional* e *O Modelo de Governo Peruano: um Neopresidencialismo Disfuncional*, volumes I e II, nas quais aborda questões relacionadas ao constitucionalismo, à organização do Estado e ao controle do poder.

Tribunal de Justiça do **Suriname**



Anandkoemar Charan

Magistrado do Tribunal de Justiça do Suriname

Foi nomeado magistrado adjunto em 1999, ocasião em que começou a trabalhar como secretário judicial no Tribunal de Justiça do Suriname. Ao longo de sua carreira, atuou em processos penais e cíveis, tanto em primeira quanto em segunda instância. Atualmente, dedica-se principalmente a processos penais no Tribunal de Apelações, na qualidade de magistrado superior.

Além disso, exerce a presidência do Tribunal Militar de primeira instância, responsável por julgar crimes cometidos por militares. Também é presidente do Tribunal Disciplinar Médico do Suriname e atua como magistrado de instrução em processos penais.



Ingrid Lachitjaran

Magistrada do Tribunal de Justiça do Suriname

Iniciou sua carreira profissional em 1998, no arquivo do Tribunal Cantonal do Suriname, onde posteriormente desempenhou funções administrativas e de secretária judicial. Entre 2004 e 2008, participou do programa de formação para juízes (RAIO), após cuja conclusão foi nomeada magistrada. Possui 17 anos de experiência na magistratura.

Atualmente, integra a equipe de gestão do Tribunal de Justiça e participa de iniciativas relacionadas à digitalização dos processos penais e à descentralização da administração da justiça. Atua como porta-voz do Poder Judiciário e como magistrada de segunda instância em matéria civil e penal. Também exerce as funções de coordenadora geral dos processos penais

em primeira instância e de magistrada de instrução, responsável por investigações, incluindo importantes casos de corrupção. Além disso, é responsável pela área de formação e capacitação, coordenando os programas de formação de magistrados em estágio (RAIO) e o aperfeiçoamento profissional de juízes e demais funcionários judiciais.

Paralelamente à sua carreira judicial, desenvolve atividades docentes no CDR e na Universidade Anton de Kom (ADEK), inclusive em programas de mestrado.

Suprema Corte de Justiça do **Uruguai**



Doris Perla Morales Martínez

Presidente da Suprema Corte de Justiça do Uruguai

É doutora em Direito e Ciências Sociais pela Universidade da República, onde também obteve o título de procuradora. Possui formação complementar em Direito do Trabalho e preparação para o ingresso na magistratura.

Iniciou sua carreira docente em 1984, lecionando as disciplinas de Técnica Forense e Direito Processual na Universidade da República e na Universidade de Montevidéu. Ingressou na carreira judicial em 1989, desempenhando diversas funções jurisdicionais, entre elas os cargos de magistrada de primeira instância nas áreas cível, de família e trabalhista.

Em 2003, foi nomeada Ministra do Tribunal de Apelações Trabalhistas de Segunda Instância e, em 2006, passou a integrar o Tribunal de Apelações Trabalhistas de Primeira Instância. Em 2022, foi nomeada Ministra da Suprema Corte de Justiça, assumindo a Presidência em fevereiro de 2026.

Tribunal Permanente de Revisão do **MERCOSUL**



Gisele Ricobom

Árbitra Suplente do Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL

É graduada em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 2001, mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com especialização em Relações Internacionais (2004), e doutora em Direitos Humanos e Desenvolvimento pela Universidade Pablo de Olavide, na Espanha (2009). Além disso, possui um Diploma de Estudos Avançados em Direitos Humanos e Desenvolvimento pela mesma universidade (2007), e seu título de doutorado foi revalidado pela UFSC.

Possui uma ampla trajetória acadêmica. Foi professora do curso de Relações Internacionais e Integração e do Programa de Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA). Também foi professora visitante do programa de mestrado em Direitos Humanos, Desenvolvimento e Interculturalidade da Universidade Pablo de Olavide, professora da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e vice-reitora de Relações Institucionais e Internacionais da UNILA. Atualmente, é professora do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da UFRJ.

É membro da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD) e diretora do Instituto Joaquín Herrera Flores – América Latina. Também integra o Conselho Latino-Americano de Justiça e Democracia (CLAJUD), vinculado ao Grupo de Puebla, e a Comissão Especial de Estudo e Combate ao Lawfare da Ordem

dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro (OAB-RJ). É autora de diversos livros e artigos acadêmicos sobre Direitos Humanos, democracia e sistema de justiça.



XI ENCONTRO DO FÓRUM
DE CORTES SUPREMAS DO
MERCOSUL
ESTADOS PARTES, ESTADOS ASSOCIADOS E CONVIDADOS

135 anos SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL


STF
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL